

CORREIO PAULISTANO

POR Redação

Douglas Ferreira - Rede Câmara SP



Câmara discute liberdade de expressão

Debate sobre liberdade de expressão

Em reunião realizada nesta quinta-feira (9), a Comissão Extraordinária de Relações Internacionais da Câmara Municipal de São Paulo aprovou alguns requerimentos de autoria da presidente do colegiado, a vereadora Zoe Martínez (PL). Um deles, pede a realização de Audiência

Pública para debater a liberdade de expressão e a situação de cidadãos brasileiros que buscam refúgio em outros países para escapar de perseguições, bem como de estrangeiros que chegam a São Paulo em busca de abrigo contra regimes autoritários.

Planta Genérica de Valores

Foi aprovada em 1º turno, na Sessão Plenária desta quarta-feira (8) da Câmara Municipal de São Paulo, a proposta de revisão da Planta Genérica de Valores da capital paulista. A matéria, que também

muda a legislação tributária da cidade, teve 28 votos favoráveis e 19 contrários. O foco do projeto é adequar a base de cálculo do IPTU à realidade do mercado imobiliário municipal.

Planta Genérica de Valores

De acordo com a Prefeitura, o objetivo é reduzir “defasagens cadastrais, corrigindo distorções territoriais e aumentando a equidade entre contribuintes”. Caso o projeto seja aprovado em 2ª e de-

finitiva votação, o benefício será válido a partir da entrada em vigor da lei. O Projeto de Lei também “permite previsibilidade e estabilidade ao planejamento fiscal do município”.

Richard Lourenço | REDE CÂMARA SP



Representantes se reúnem com Prodam e Google

Prodam e Google em melhoria viária

A Comissão de Inovação da Câmara dos vereadores de São Paulo se reuniu, nesta quinta-feira (9), com representantes da Prodam e da empresa Google para debater a modernização dos sistemas semafóricos da cidade. O grupo discutiu avanços nos sistemas de controle viário da capital paulista. O diretor-presidente da

Prodam, Francisco Forbes, informou durante o encontro que a empresa atua para auxiliar na unificação dos dados nas secretarias municipais e entre as pastas. “O objetivo é ter uma integração até o fim de 2026 entre as secretarias, para que a gente consiga concentrar essas informações”, concluiu Forbes.

Serviços no feriado

Durante o feriado deste domingo, 12 de outubro, em que é celebrado o Dia de Nossa Senhora Aparecida e o Dia das Crianças, alguns equipamentos municipais terão alteração em seus horários de funcionamento. As unidades de Saúde que mantêm atendimento

aos domingos funcionarão normalmente. Entre outros serviços, estarão abertos os Hospitais Municipais, Unidades de Pronto Atendimento e Pronto-Socorros. A operação das linhas municipais será feita com a frota usual de 4,9 mil ônibus neste 12 de outubro.

Pessoas em situação de rua

Nesta quinta-feira (9), vereadores da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania debateram sobre o programa Qualifica Já, que tem o objetivo de proporcionar empregabilidade e autonomia às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio

da oferta gratuita de qualificação profissional. A presidente da Comissão, vereadora Luna Zarattini (PT), foi quem conduziu os trabalhos. O programa atende o centro de SP e oferece aulas de pintura. A ideia é que, após a capacitação, as pessoas sejam inseridas na área.

CPI dos Pancadões ouve representante do PSIU

Programa de Silêncio Urbano foi o principal assunto

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Parlamentares da CPI dos Pancadões ouviram representante do PSIU

Subprefeitura da Sé, seguida por Pinheiros.

“Um dos problemas que encontramos é que, muitas das vezes ao chegarmos aos bailes e fluxos, os infratores deixam o espaço e nem sempre nossas vistorias resultam em infrações. Existe uma dificuldade técnica, pois são muitos carros de som, aglomeração e não temos como constatar quem está emitindo, o som é difuso”, terminou Dimas.

Após o depoimento do representante do PSIU, o presidente da CPI, vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), fez críticas: “Minha percepção é que o PSIU se tornou um órgão completamente inútil,

um cabide de empregos, sem a menor função para a sociedade de São Paulo. Ele não cumpre a finalidade, o custo do erário é extremamente alto, especialmente pela incompetência dos servidores. Vocês sustentam uma máquina que coloca em risco a saúde pública, contribui para a perpetuação dos pancadões. É uma atuação omissa e negligente que se escora na burocracia.”

MC Ryan

Os parlamentares ouviram também o funkeiro MC Ryan, que, de maneira rápida, respondeu algumas perguntas e até cantou. Questionado sobre como os artistas podem ajudar

a reduzir os impactos negativos de bailes funk, comentou:

“Nunca fiz show em qualquer pancadão, atualmente, inclusive, sou empresário de vários artistas, pouco canto. Mudei minha forma de agir desde que me tornei pai. Acho que o Poder Público pode estimular nas comunidades a educação, o estudo. Eu faço a minha parte com projetos sociais para melhorar a vida dentro de espaços vulneráveis.”

Participaram da reunião da CPI dos Pancadões os parlamentares: Rubinho Nunes (UNIÃO) – presidente, Amanda Paschoal (PSOL), Cris Monteiro (NOVO) e Sargento Nantes (PP).

Prefeito Ricardo Nunes sanciona lei dos leilões de ruas com três vetos

Rovena Rosa/Agência Brasil



Prefeito tenta limitar número de confrontos

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou na última segunda-feira (6) o projeto de lei que autoriza o leilão de áreas públicas, incluindo ruas e travessas em diversas regiões da capital paulista. A nova lei foi publicada no Diário Oficial da terça-feira (7), com três vetos a emendas apresentadas por vereadores, que geraram controvérsia e até investigação do Ministério Público.

Vetos do prefeito

O projeto aprovado pela Câmara Municipal incorporava oito emendas que permitiam o leilão de ruas sem estudos técnicos anexados. Destas, três foram vetadas por Ricardo Nunes. A principal delas, foi a que previa o leilão da Rua América Central, em Santo Amaro. A proposta, feita pelo vereador Marcelo Messias (MDB), incluía uma via onde há pelo menos dez casas e imóveis ocupados por famílias e empresas. Nenhum morador ou comerciante havia sido consultado

sobre a possível venda.

A denúncia levou o Ministério Público de São Paulo a abrir uma investigação sobre os interesses por trás da emenda apresentada por Messias.

Lei autoriza leilão de ruas e travessas

Apesar dos vetos, o restante

do texto foi sancionado. A lei permite que a Prefeitura leiloee ruas, vielas e outras áreas públicas. Entre os locais incluídos está a Travessa Engenheiro Antônio de Souza Barros Júnior, ligada à Alameda Lorena, nos Jardins, uma das regiões mais valorizadas de São Paulo. A Prefeitura estima arrecadar R\$

25 milhões com o leilão dessa travessa e de uma passagem próxima que dá acesso à Rua Pamplona. Segundo a administração, uma construtora que já comprou as casas do entorno deve arrematar o local para incorporar o terreno a um condomínio privado. Se a venda for concretizada, a via pública deixará de ser acessível aos pedestres, tornando-se parte de um empreendimento de alto padrão, com quase 60 mil metros quadrados.

Conflito com obras do Metrô

O terreno citado também está nos planos do Governo do Estado, que pretende usar parte da área na implantação da Linha 16-Violeta do Metrô: “Já estava prevista a passagem dessa linha naquela região. Se, mesmo assim, ainda existe interesse do empreendedor, é uma questão de viabilidade econômica do teu negócio. Se o Metrô quiser a área, tem obrigação de comprar pelo valor de mercado”, disse Nunes.

Enel: Justiça aceita pedido da prefeitura

A Justiça Federal atendeu ao pedido da Prefeitura de São Paulo e determinou a suspensão imediata do processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Enel, responsável pela distribuição de energia elétrica na capital.

Conforme as informações, a Prefeitura entrou com a ação para impedir prorrogação antecipada do contrato pela concessionária após sucessivos episódios de falhas no fornecimento de energia e deficiências no atendimento à população.

No processo, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGM/SP) apontou irregularidades na prestação do serviço e na condução do procedimento de prorrogação antecipada do contrato.

Na decisão, divulgada pelo site do Executivo paulistano, a Justiça Federal determinou que a União, com o apoio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realize Análises de Impacto Regulatório (AIR) para avaliar cenários alternativos de concessão, considerando eficiência,

modicidade tarifária, ou seja, mantendo o equilíbrio entre qualidade, sustentabilidade financeira e preço justo ao usuário, modernização da infraestrutura e qualidade do serviço prestado.

Além disso, também apontou infrações e deficiências na prestação do serviço pela concessionária e impôs uma série de obrigações à empresa.

O juiz determinou, ainda, segundo divulgação da prefeitura, que a ANEEL acrescente nessa avaliação critérios que a agência federal vinha se recu-

sando a tomar em consideração para a análise da prorrogação, tais como o tempo médio de atendimento a emergências (TMAE); o indicador de nível de serviços (INS); índice de satisfação ao consumidor (IASC); e a duração da interrupção individual do serviço em dia crítico (DICRI).

Para a procuradora-geral do município, Luciana Nardi, a atuação da PGM busca assegurar que o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais estejam sempre em primeiro lugar.